

A história da população na América Latina: Congresso de Ouro Preto

Cecília Rabell

De 2 a 6 de julho de 1989 realizou-se em Ouro Preto, Brasil, o Congresso sobre a História da População na América Latina, sob os auspícios da União Internacional de Estudos Científicos da População (IUSSP), da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP) e do Centro Latino-americano de Demografia (CELADE).

A participação de aproximadamente cem especialistas, que discutiram cinquenta e sete comunicações, é testemunho do desenvolvimento que têm tido as investigações sobre as populações históricas latino-americanas nos últimos anos. Demógrafos, historiadores, antropólogos e outros especialistas, apresentaram através de suas diversas disciplinas novos enfoques, métodos e descobertas que enriquecem a compreensão dos processos populacionais e abrem perspectivas de análise.

Houve inovações metodológicas importantes, tais como: a aplicação do método das "histórias de vida", que nos aproxima da compreensão do real-concreto; a aplicação de modelos de difusão para comportamentos reprodutivos; a medição do impacto das crises econômicas sobre os processos demográficos; a aplicação do método da "inverse projection" para longas séries de eventos

vitais, que permite traçar a evolução secular de várias populações latino-americanas.

Em muitos dos trabalhos foram feitas análises de extensa duração que servirão para futuras investigações de caráter comparativo; é de especial interesse o fato de que estas análises referiram-se ao século XIX, século quase esquecido pelos demógrafos, apesar de seu estudo ser importantíssimo para compreender os diversos caminhos seguidos pelas populações em seus processos de transição demográfica.

Nas comunicações foram explorados temas inovadores, que refletem experiências bastante próprias dos comportamentos socio-demográficos das populações latino-americanas. A mãe solteira, sua fecundidade, seu papel enquanto chefe de família, sua condição em contextos urbanos e rurais, foi tema de vários trabalhos. A demografia dos escravos foi analisada através dos grupos familiares e dos laços de parentesco, familiares e rituais, que a vinculavam com a comunidade; as causas de suicídio entre os escravos e a relação estreita entre a dieta escrava e as causas da elevada mortalidade deste grupo lançam luz sobre este setor da população até agora tão pouco estudado sob o ponto de vista demográfico. Os trabalhos sobre demografia indígena acrescentam conhecimentos a respeito dos efeitos do regime das missões jesuítas sobre a reprodução da população guarani; a extinção dos contingentes de índios tupis e guaranis aprisionados e levados como escravos para o Rio de Janeiro, ilustra de maneira vívida o destino cumprido por este grupo submetido a um regime de trabalho implacável; as estratégias de sobrevivência desenvolvidas por índios semi-nômades no norte do México mostram novas vias para o estudo dos processos de adaptação das populações indígenas ao regime colonial.

Este Congresso determina um marco no estudo das populações latino-americanas. A confrontação de experiências tão diversas, étnica e culturalmente, sugere vias de análises comparativas e abre um leque de questões e desafios aos estudiosos das populações históricas.

A seguir, faremos um breve resumo das comunicações apresentadas em cada uma das sessões, incorporando elementos das discussões que tiveram lugar ao final das mesmas.

SESSÃO I – A distribuição espacial das populações históricas na América Latina

Organizador: Nicolas Sanches Albornoz

O objetivo central dessa sessão foi o estudo das migrações internas, processo que tem representado um papel de suma importância desde a época pré-hispânica até nossos dias.

Estudos recentes têm mostrado que no período pré-hispânico não havia espaços vazios. Os espaços foram "esvaziados" pelo colapso demográfico e pelo deslocamento social provocado pela conquista. Este deslocamento foi causa de intensas migrações durante as primeiras décadas depois da conquista, as cidades indígenas foram ocupadas por conquistadores europeus e por índios desalojados de suas terras. Mesmo que durante o século XVI as migrações indígenas tivessem tido um caráter forçado e temporal, ao longo do século XVII os índios assentaram-se de maneira definitiva nas cidades.

Outro processo paralelo, que se estendeu do século XVI até o século XX, foi a ocupação das áreas de fronteira, realizada principalmente por migrantes internos; nesse movimento, os migrantes de ultramar também desempenharam um papel importante.

Apesar da relevância do tema, os estudos sobre a migração interna na

América Latina são escassos; salvo para algumas regiões, não existem estudos quantitativos dos fluxos migratórios, nem pontos de vista mais amplos que relacionem as migrações internas com as transformações históricas a longo prazo.

Uma das causas dessa "aversão" ao estudo das migrações internas, coloniais e do século XX, é a falta de fontes seriadas que registrem o fenômeno e permitam sua quantificação. As fontes tradicionais da demografia histórica – censos, registros paroquiais e civis – permitem obter indícios da mobilidade da população, mas não estudar diretamente os processos migratórios. Usar métodos indiretos como recurso suscita, por sua vez, outros problemas: a falta de indicadores dos níveis de fecundidade e mortalidade das populações rurais e, quando se quer fazer análises longitudinais, a falta de comparabilidade entre as fontes.

Outro problema, não menos sério, é a heterogeneidade nos níveis de análise dos estudos já realizados; a partir de experiências isoladas é difícil estabelecer tendências dominantes e de longo prazo.

Esses obstáculos ficaram evidentes nos trabalhos apresentados durante o congresso; no entanto, as conferências também evidenciaram o amplo leque de perguntas relevantes que surgem a partir do estudo das migrações internas.

Dois dos trabalhos apresentados referem-se a populações coloniais e os cinco restantes ao período compreendido entre 1840 e 1975.

Fontes etno-históricas sobre a família de caciques Hati de Latacunga (da área de Quito, Equador) permitiram uma descrição do mecanismo de fixação de "forasteiros" ao cacicado, mecanismo vigente durante os séculos XVI e XVII. Os caciques criavam uma força braçal privada e assim aumentavam seu

poder político (Powers). Esse trabalho, ao expor a importância da incorporação de forasteiros nas listas de tributários, sugere-nos a necessidade de revisar a periodização que se tem feito das tendências seculares da população indígena a partir do século XVI. É possível que uma parte do "declínio", registrado durante a primeira centúria da colônia, deva-se à saída, ou emigração, de camponeses de seus povoados; a "recuperação" posterior da população indígena refletiria então não só o crescimento natural como também a reincorporação de pessoas nas comunidades e sua conversão em tributários.

Em outro estudo regional analisa-se os processos de povoamento na província de Córdoba, Rio de la Plata, entre 1779 e 1822 (Lobos). Distinguem-se dois tipos de assentamentos: a zona serrana, ocupada desde épocas remotas por indígenas estabelecidos em povoados; e a planície, que foi uma área de fronteira que atraiu migrantes da cidade de Córdoba e das serranias. A expansão da fronteira foi freada pela guerra de independência.

O terceiro estudo regional refere-se as características sóciodemográficas de imigrantes sul-americanos estabelecidos no Brasil entre 1872 e 1975 (Pilatti Balhana). Argentinos e uruguaios constituem os maiores contingentes dessa migração que representou 1% do total de imigrantes registrados no Brasil durante este período. Deste estudo advém o interesse de analisar as populações estabelecidas nas fronteiras nacionais, já que essas são zonas particularmente fluidas e porosas.

As três comunicações restantes, que se referem a populações nacionais, abrangem desde as décadas finais do século XIX até meados do século XX. Esses trabalhos permitem uma visão quase secular das migrações internas, de suas distintas etapas e dos nexos entre esses movimentos de população e

as condições do desenvolvimento econômico das diferentes regiões.

A migração interna na Costa Rica foi estudada a partir de quatro censos (1883 - 1892 - 1927 - 1952) e dos registros civis de mortes e nascimentos (Robles). A migração líquida foi estimada em nível dos cantões. Para o primeiro período intercensitário, estimou-se a migração a partir das relações de sobrevivência intercensitárias retrospectivas e prospectivas. Os resultados mostram que a maioria dos cantões expulsos, salvo San José, foram, aqueles onde se iniciou a produção de café. Os cantões receptores se caracterizavam por terem uma economia agrícola não especializada. Um aspecto inesperado foi a constatação de que a migração não foi marcadamente seletiva, nem por idade nem por sexo. Entre as mulheres, foi observada uma tendência a migrar em idades mais jovens que os homens. Durante o segundo período, a migração líquida foi estimada através de equação compensatória. Os cantões expulsos foram também aqueles onde se produzia café. Para o período mais recente, a estimativa baseou-se na informação censitária sobre o local de nascimento.

Os resultados obtidos coincidem com outros estudos, mas acrescentam maiores precisões e detalhes. Entretanto permanecem os problemas derivados da cobertura diferencial dos grupos de idade e sexo nos distintos censos e da comparabilidade entre as fontes.

Em um ensaio historiográfico, Martine estabelece cinco fases do processo migratório, baseadas nas grandes transformações históricas do Brasil. Durante a Colônia e o Império, o predomínio sucessivo de diferentes produtos de exportação: pau-brasil, açúcar, produtos pecuários, mineração, café - determinou o deslocamento e a reestruturação das regiões econômicas e, com isso, o aparecimento de novos núcleos de assentamento acompanhados

por importantes movimentos de população. A fase seguinte (1880 - 1930) está marcada pela expansão do cultivo do café e pela abolição da escravidão, tornando relevante a análise dos efeitos produzidos pela imigração de 4 milhões de europeus sobre a mobilidade de outros grupos potenciais de mão-de-obra. A terceira fase (1930 - 1950) baseia-se em dois movimentos de sentidos aparentemente opostos: a abertura de fronteiras agrícolas do interior e a concentração da população em centros urbanos. Ambos os movimentos obedecem aos mesmos fatores de expulsão. Durante esta fase inicia-se o processo de industrialização, via substituição de importações, e cessa a chegada de imigrantes europeus. Na quarta fase (1950 - 1965) dá-se um êxodo em massa da população rural. As causas deste fenômeno são múltiplas, mas entre elas destacam-se o decréscimo da mortalidade e, conseqüentemente, o elevado crescimento natural da população e a tecnicidade incipiente das lavouras agrícolas. A última fase (1965 - 1985) marca o momento culminante da expulsão rural: 28 milhões de pessoas mudam de local de residência. As migrações iniciam-se nas zonas de maior desenvolvimento econômico e posteriormente dão-se no Nordeste, que é a região de maior pobreza. Os migrantes estabelecem-se nas zonas urbanas. Estes movimentos deveram-se à "revolução verde" que modificou a estrutura da posse e ocupação da terra.

Balán estuda o ciclo histórico da migração rural-urbana na Argentina, um dos poucos países latino-americanos onde este ciclo já está completo. A primeira etapa do ciclo (1860 - 1930) caracteriza-se por ter saldos migratórios líquidos favoráveis ao setor rural, a imigração estrangeira permitiu a abertura de fronteiras agrárias no pampa úmido.

Durante a segunda etapa (1930 - 1945) teve início, na zona pampiana, a

emigração rural em grande escala, ainda que a população rural do conjunto do país mantivesse taxas positivas de crescimento. A falta de povoados e de cidades médias foi determinante para que os migrantes se estabelecessem nas cidades grandes. O processo de urbanização argentino foi anterior aos dos outros países da América Latina. Na terceira etapa (1945 - 1970) produz-se um despovoamento das áreas rurais; o esgotamento da fronteira agrícola, o estancamento e as crises na produção agrária explicam esse processo. A partir da década de setenta, as taxas negativas de crescimento da população rural têm diminuído graças ao aumento da produtividade das terras e da ampliação das áreas cultivadas. Além disso, tem havido uma melhoria relativa dos níveis de vida nas áreas rurais. Neste trabalho, discute-se também o impacto que tem tido as mudanças em relação a ocupação nas diferentes regiões do país.

SESSÃO II - Os componentes do crescimento demográfico.

Organizador: Héctor Pérez Brignoli.

O crescimento demográfico da América Latina nos últimos três séculos tem muito de original. Em primeiro lugar trata-se de um crescimento contínuo desde o século XVIII, com taxas semelhantes às observadas na chamada "revolução demográfica" européia. O aumento demográfico significa, simultaneamente, um processo de colonização interna e de ocupação do território; fronteira e imigração foram uma parte constitutiva desde processo de crescimento demográfico. Apesar dos ritmos e comportamentos terem sido variáveis, em linhas gerais, observou-se um rápido crescimento que tornou-se mais lento durante a primeira metade do século XIX (Independência e guerras civis) e que adquiriu nova intensidade entre 1850 e 1950 (com taxas que oscilam em

torno de 1,5 e 2%). Entre 1950 e 1979 o crescimento voltou a ser explosivo e nos últimos anos tem tendido a declinar.

A maioria das comunicações apresentadas nesta sessão referiram-se ao período compreendido entre 1820 e 1940, intervalo para o qual existe poucos estudos demográficos. Durante este período teve início a transição demográfica em vários países da área. Em termos gerais, o processo de transição pode caracterizar-se da seguinte maneira: fase de estabilização e logo queda contínua da mortalidade, queda que se inicia em meados do século XIX ao desaparecerem as grandes epidemias e implantar-se medidas de saúde pública, fecundidade flutuante mas situada em níveis relativamente altos, migração líquida positiva que contribuiu de maneira significativa para o crescimento.

Em matéria de fontes predominou, como era de se esperar, o uso de censos e de registros de eventos vitais (eclesiásticos e civis). É necessário destacar que em um dos trabalhos foram analisadas informações provenientes de um manuscrito, onde se assentaram datas e idades dos religiosos jesuítas enviados para as missões do Paraguai (Somoza e Ruedi).

Os métodos de análise foram bastante variados. Recorreu-se com frequência ao uso de métodos indiretos para suprir ou corrigir as diferenças e limitações das fontes, especialmente graves para o período anterior a 1940. É preciso mencionar a aplicação da "inverse projection" (Pérez Brignoli), o uso de modelos de difusão, para analisar a descendência final de mulheres latino-americanas (Bravo) e aplicação do método de Brass, baseado na distribuição por idade das mortes (Colantonio).

Em dois dos trabalhos apresentados estudam-se populações coloniais do Paraguai. Em um deles utilizou-se as ricas fontes coloniais dos jesuítas para

traçar a evolução secular dos índios guaranis (1641 a 1807). Este grupo, diferentemente de outras populações indígenas sujeitas ao regime colonial, cresceu durante prolongados períodos. O regime das missões favoreceu elevadas taxas de natalidade (ao redor de 60 p. 1000) e taxas de mortalidade relativamente baixas (em torno de 44 p. 100) (Maeder). No segundo trabalho foram elaboradas três tábuas de mortalidade (1550 - 1649; 1650 - 1749; 1550 - 1749) baseadas em informações sobre 1324 jesuítas que estiveram no Paraguai. Foram obtidos níveis de mortalidade semelhantes aos estimados por Henry para a burguesia genebrês durante o mesmo período (Somoza e Ruedi).

Em dois trabalhos analisou-se a fecundidade com base em censos e listas nominativas. Em Minas Gerais, Brasil, utilizou-se listas de 1831-32 e de 1938-40. Aplicou-se o método de Henry para estimar a natalidade a partir da produção de crianças de 5 a 9 anos listadas nos dois censos; a taxa bruta de natalidade de três localidades ficou entre 41 e 62 p. 1000 (Andrade Paiva). Na população de Corrientes, Argentina, a aplicação do método dos filhos próprios no censo de 1820 mostrou que a taxa global de fecundidade situava-se entre 7 e 8,5 filhos, segundo o nível de mortalidade adotada (Pantelides, Foschiatti e Mychaszula).

As demais comunicações referiram-se aos séculos XIX e XX. É preciso destacar que um dos aspectos que mais contribuiu para enriquecer o conteúdo dessa sessão foi a apresentação de trabalhos que trouxeram análises de longa duração permitindo, desse modo, traçar a evolução secular das populações e estabelecer comparações.

No estudo da população de Tandil, província de Buenos Aires, Argentina, entre 1830 e 1985, analisa-se os fatores do crescimento demográfico vinculado ao processo histórico e econômico

co desta região (Alvarez, Miguez e Velasquez).

Pérez Brignoli aplicou o método da "inverse projection" aos dados censitários e às estatísticas do registro civil de diversos países latino-americanos. A Argentina, único país dos aqui estudados que completou seu processo de transição, obteve os seguintes resultados: até 1872, a esperança de vida começa a aumentar a partir de um valor que corresponde a 31 anos; nos finais do século XIX a e localiza-se próxima aos 37 anos. Durante o século XX aceleraram-se os ganhos na esperança de vida ao nascer, já que para 1950 é de mais de 60 anos.

Simultaneamente, a Taxa Bruta de Reprodução (TBR) diminuiu de 3,25 para 2,69 durante as últimas décadas do século XIX e continuou seu rápido declínio até alcançar – em 1950 – valores próximos 1,5. As simulações mostram que a queda, da mortalidade teve um peso importante na evolução da população, mas que o decréscimo da fecundidade e a migração tiveram um peso ainda maior.

A mortalidade no Chile foi estudada de 1865 a 1940; a informação sobre a idade de morte foi combinada com dados censitários para construir cinco tábuas de mortalidade. De acordo com estas, a esperança de vida ao nascer começou a aumentar a partir de 1885; os ganhos concentram-se em três períodos: 1885 – 95 (7%), 1895 – 1907 (13%) e 1920 – 30 (30%). A redução da mortalidade beneficiou especialmente a população de 1 a 15 anos. Também analisa-se as causas de morte, por idade (Muñoz).

Em comparação com a Argentina e Cuba, o aumento da expectativa de vida registrado no Chile durante este século tem sido lento. Dados os atuais níveis de fecundidade (TBR = 2,62 até 1952), pode se dizer que a população chilena não completou sua transição

demográfica (Pérez Brignoli).

A evolução da população da Costa Rica é particularmente interessante devido à existência de informação seriada desde 1750. No período pré-transicional a expectativa de vida pode ser fixada em 30 anos, mesmo tendo sofrido quedas esporádicas provocadas por epidemias. Até fins do século XIX desaparecem as oscilações mas a expectativa de vida se estabiliza em níveis baixos. No século XX há um aumento contínuo da esperança de vida (em 1950 é de 57 anos e em 1985 de 75 anos). A fecundidade dessa população é muito alta; em fins do século XVIII a TBR é de 3,8; durante o século XIX oscila entre 2,6 e 3,1 e no século XX mantém-se flutuante (com valores de 2,6 a 3,4). A partir de simulações destinadas a medir os efeitos diferenciais dos distintos processos demográficos, o autor mostra que o fator que mais incidiu na conformação da população de 1902 foi a fecundidade; as altas mortalidades de origem epidêmica parecem não ter tido mais do que um débil efeito. No entanto, para 1952 o efeito da queda da mortalidade foi mais forte que o produzido pelas mudanças na fecundidade e na migração (Pérez Brignoli).

A evolução da população mexicana de 1895 a 1980 foi analisada a partir de censos, estatísticas vitais e informações provenientes de pesquisas. A evolução da mortalidade mostra características similares as de outros países da área; o aumento da expectativa de vida é contínuo ao longo deste século, salvo durante o período de luta armada (1910 – 1920). Entre 1930 e 1980 a esperança de vida aumenta de 37 para 64 anos, impulsionada por um processo sustentado pelo crescimento econômico. A fecundidade deste país é sumamente elevada: a taxa global de fecundidade tem oscilado em torno de 6,5 filhos desde 1895 até 1975. A partir de 1975 inicia-se o declínio, como resultado de uma mu-

dança na política oficial e da expansão de medidas de planificação familiar. Com essas características, o crescimento e rejuvenescimento da população se aceleraram continuamente ao longo deste século. Através de simulações, demonstra-se que a queda da mortalidade é responsável por 60% do incremento da população em 1895 e 1980. As mudanças na fecundidade impediram que um crescimento de 38% pudesse vir a ter lugar nestes 85 anos (Mier e Terán).

Tendo como base a informação censitária sobre a distribuição de mulheres por parturição, analisou-se a descendência final de coortes de mulheres que terminaram seu período reprodutivo a partir de 1950 (Bravo). Tomou-se como indicador a proporção de mulheres com até 4 filhos e aplicou-se um modelo de difusão. Os resultados são os seguintes: na Argentina a fecundidade se estabilizou até 1940. Atualmente, 85% das mulheres têm 4 filhos ou menos. Em Cuba e no Brasil a fecundidade está em declínio, enquanto que no Chile e México mantêm-se estável. No estudo conclui-se que um declínio rápido na fecundidade das coortes pode-se iniciar a partir de uma acumulação de mudanças sócio-econômicas; a queda pode prosseguir sem estar necessariamente relacionada com novas mudanças econômicas. A continuidade da queda pode ser explicada como um processo de difusão de comportamentos inovadores.

Morner apresentou uma análise, em nível regional, da migração entre Argentina, Uruguai e Chile de 1870 a 1930. Este processo tem sido pouco estudado, apesar de sua indubitável importância. Os imigrantes originários de países latino-americanos têm as seguintes características: concentram-se em áreas periféricas, localizadas próximas às fronteiras; o déficit de mulheres é menos acentuado que aquele entre

imigrantes provenientes de ultramar; em sua maioria são trabalhadores não especializados que costumam ter menos problemas de adaptação. Em razão da depressão dos anos 30, aumentou a migração entre países latino-americanos, assim como a migração interna. Estes dois movimentos contribuíram para os processos de urbanização e de "superpopulação urbana", tão característicos de 1950 até agora.

SESSÃO III – Perspectivas comparativas da nupcialidade, formação de domicílios e a fecundidade.

Organizador: Robert McCaa.

O objetivo das comunicações apresentadas nesta sessão foi o conhecimento dos mecanismos que controlam a reprodução das populações. Dado que no contexto latino-americano parte importante da reprodução dá-se fora das uniões legalmente constituídas, determina-se a necessidade de ampliar o marco conceitual que se desenvolveu a partir da análise de populações pré-industriais européias. Neste marco conceitual, o matrimônio constitui um parâmetro do modelo e a variável matrimônio/nupcialidade é chave para vincular os fatores sociais e econômicos – determinantes da forma como se constituem as novas famílias – com o nível de fecundidade e com a taxa de crescimento demográfico. A experiência latino-americana obriga a integrar a fecundidade ilegítima dentro do modelo e a considerar o matrimônio como um evento que requer ser explicado em termos da organização social da reprodução. Esta é uma das formas como se podem articular entre si as experiências, tão diversas, das populações latino-americanas.

Os trabalhos apresentados basearam-se em fontes tradicionais, censos e registros de eventos vitais; porém

vários casos se enriqueceram graças ao uso de material de arquivo que permitiu situar as condutas e desvios no marco das normas e dos costumes.

Os métodos empregados não se limitaram aos desenvolvidos pela demografia clássica; é necessário mencionar o método das "histórias de vida" onde o real-concreto acrescenta uma dimensão nova no conhecimento dos processos sociais (Bideau e Nadalin). Foi muito discutida a aplicação do método de reconstrução familiar, assim como de métodos indiretos para estimar a fecundidade. Em ambos os casos, os resultados podem ser bons sempre e quando as fontes e as populações às quais se referem possuem uma série de características que são bem mais raras de encontrar.

Como nas sessões precedentes, predominaram os trabalhos referentes ao século XIX, até agora tão estudado no que se refere ao seu aspecto político como pouco compreendido no demográfico. As análises privilegiaram o nível local, talvez por tratar sobre temas pouco estudados até agora.

Dois trabalhos se centraram nas relações entre a estrutura dos grupos familiares e as condições sócio-econômicas que os determinaram. Em uma região rural do centro do Chile, os censos de 1835, 1843 e 1865 foram empregados para analisar as características das famílias de três tipos de assentamentos. Nas grandes fazendas a estrutura e o número das famílias estavam determinados pela demanda de mão-de-obra masculina adulta, predominava a família nuclear (93%) e a população "excedente", constituída basicamente por mulheres, era expulsa. Na zona de pequena propriedade a família ampliada era freqüente (30%), devido a presença de numerosos coabitantes. Aqui as estruturas eram mais flexíveis havia mais oportunidades de formar novas famílias e estas eram mais numerosas. Nas al-

deias somente 30% das famílias eram nucleares e os empregados, dos quais dois terços eram mulheres, representavam 10% da população total. Uma quinta parte das crianças menores de 10 anos não vivia com seus pais (Salinas Meza).

Em São Paulo, Brasil, até 1836 a presença de escravos e agregados imprime à estrutura das famílias um caráter distinto. Só a terça parte das famílias era de tipo nuclear. Outro aspecto que já pode ser considerado como característico de várias populações latino-americanas é a elevada freqüência de famílias chefiadas por mulheres sozinhas (Samara).

Outra das conferências trata das características das mulheres sem marido que chefiam 40-45% dos grupos familiares em Ouro Preto, Brasil, entre 1754 e 1838. A distribuição racial das chefes de família é similar à observada entre a população feminina livre total. Em comparação com as mulheres casadas, as mães sozinhas tiveram menos filhos, em idades mais avançadas. A presença deste significativo grupo de mães sozinhas e pobres, teve sérios efeitos sociais tais como o abandono de crianças, que aumentou a medida em que a situação econômica da comunidade se agravava. Também teve consequências nos padrões de vida já que estas mulheres se viam obrigadas a trabalhar fora de casa em diversos ofícios, talvez inclusive como prostitutas (Ramos).

Em outra comunidade mineira, Parral, México, a análise de cinco censos (entre 1777 e 1888) mostra a deterioração da situação da mulher e da criança a partir da Independência (1810). A proporção de solteiras de 15 a 60 anos de 35% (1777) para 54% (1888). A razão criança/mulher reflete uma diminuição da fecundidade (de 20-30%) durante o mesmo período, mesmo quando a fecundidade marital não varia. A queda da fecundidade deve-se portanto ao fato

de que uma menor proporção de mulheres consegue casar-se. Paralelamente, a proporção de mulheres chefes de família aumenta de 7 para 12% e também sobe a proporção de batismos de crianças ilegítimas (20 a 35%). Estas transformações nos padrões de formação das famílias refletem uma sociedade mutável onde a mulher se vê obrigada a trabalhar em funções mal remuneradas para assegurar seu sustento e o de sua família (McCaa).

O estudo da ilegitimidade, raça e laços familiares no Brasil durante o século XIX, mostra uma sociedade onde os elevados níveis de ilegitimidade (20-40%) coexistem com os valores e normas católicos. As regras do matrimônio e da legitimidade parecem ser "muito fluidas". O estudo baseia-se na comparação entre mães casadas e mães sozinhas, de zonas urbanas e rurais (São Paulo, São Cristóvão e Rio de Janeiro) e as principais descobertas podem resumir-se assim: no contexto urbano a proporção de mães sozinhas é mais elevada (28%) que no rural (19%) o que indica que estas mães podiam encontrar trabalho mais facilmente nas cidades. Com relação a raça, a proporção de mães sozinhas era mais elevada entre mulheres de cor (50%) do que entre as brancas (27%). No entanto, as mulheres brancas que procriavam filhos ilegítimos tendiam a repetir este padrão, posto que um terço delas tinham mais de dois filhos ilegítimos. A análise das atas de batismo das crianças ilegítimas mostrou que estas crianças não careciam de laços de parentesco familiar ou ritual: a freqüente menção aos pais e avós assim o atesta (Kuznesof).

Outro tema tratado nesta sessão foi a transição da fecundidade. Em um dos trabalhos, referente a comunidade luterana de Curitiba, Brasil, analisou-se o processo de aculturação visto através do comportamento reprodutivo de três gerações. A primeira, integrada por

pioneiros de origem alemã nascidos entre 1866 e 1894, tenta perpetuar sua cultura mantendo seu idioma, religião e costumes e realizando casamentos endogâmicos. A sobrevivência da "probenacht" (noite de prova) se reflete na alta proporção de concepções prenupciais e de filhos tidos antes do casamento. Na segunda geração, nascida entre 1895 e 1919, registram-se mudanças no comportamento sexual: diminuem as relações prenupciais assim como a idade para a última maternidade. Os membros desta geração mudam-se para a cidade, iniciando assim o processo de integração com a cultura lusobrasileira. A terceira geração, nascida entre 1920 e 1939, dá o importante passo de assimilação de novos valores; a baixa proporção de concepções prenupciais atesta a valorização da virgindade. A descendência final, que era por volta de 8 filhos, passou para cerca de 3,5, revelando a adoção do controle de natalidade. O ponto de ruptura deu-se nos anos 20 (Bideau e Nadalin).

A transição da fecundidade no México, uma das mais tardias e rápidas na América Latina, é analisada a partir da observação de gerações de mulheres nascidas neste século que já haviam completado sua descendência em 1987. As fases do processo são as seguintes: entre as gerações nascidas de 1927 a 1936 observa-se um aumento da fecundidade em relação a gerações anteriores (a descendência final é de 6,8 filhos); nas seguintes gerações a fecundidade começa a diminuir (a descendência final das mulheres nascidas entre 1942 e 1946 é de 5,6 filhos). Um traço característico do processo mexicano foi que a intensidade da nupcialidade aumentou a partir dos anos 50, antes de que se iniciasse a queda da fecundidade. A nupcialidade, intensa e precoce, manteve-se sem variações desde 1950 até os primeiros anos da década de 80. Outro traço importante é que existe, atualmente, mar-

casas diferenças entre os níveis de fecundidade de zonas metropolitanas (TGF = 3) e as zonas rurais (TGF = 5,8), o que sugere que o declínio não poderá sustentar-se a menos que haja profundas transformações nas condições de vida das mulheres rurais (Zavala de Cosío).

Em outro dos trabalhos, também baseado na análise das coortes, observa-se as mulheres brasileiras nascidas entre 1890 e 1934. O objetivo é estimar a proporção de mulheres de cada grupo de gerações que seguiu o "curso de vida preferido" (casamento, procriação e permanência na união até os 50 anos). Geralmente se afirma que a mudança nos padrões familiares deu-se a partir de padrões convencionais até formas mais modernas ou "desviadas" (curso de vida de mulheres separadas, divorciadas ou solteiras com filhos, ou de mulheres sem filhos). No entanto, esta análise mostra o contrário: entre as gerações nascidas de 1890 a 1894, só 406 de cada mil mulheres seguiram o curso de vida preferido; entretanto, entre as mulheres nascidas em 1930-34, a proporção de mulheres que conseguiram este curso de vida é de 600 por 1.000. A causa principal deste processo tem sido o aumento da esperança de vida (Goldani).

SESSÃO IV – Populações escravas na América Latina: Características demográficas especiais.

Organizadora: Maria Luísa Marcílio.

Os estudos de demografia escrava são muito escassos e recentes, mas trazem evidências de que os escravos não constituíam um grupo homogêneo. Os investigadores se defrontam com graves dificuldades devidas em primeiro lugar a uma escassez de fontes quantitativas e seriadas. Os censos e padrões encontrados até agora cobrem breves

períodos e só algumas regiões ou localidades. Frequentemente, estes documentos contêm só o número total de escravos.

Outra fonte importante são os registros paroquiais, mas a informação contida neles é muito deficiente. O escasso interesse dos párocos pela população escrava se reflete na forma sumária e descuidada com que anotavam batizados, casamentos e sepultamentos: raramente anotavam o nome dos pais dos noivos, a origem das pessoas ou suas idades e praticamente não registravam as mortes das crianças e menos ainda as dos bebês escravos. Portanto, o primeiro desafio para o demógrafo histórico de populações escravas é encontrar fontes alternativas que lhe permitam recuperar ao menos algumas características deste setor da população latino-americana e caribenha.

Para o Brasil têm-se listas de habitantes nas quais os escravos são anotados com todas suas características individuais, mas estas listas são muito escassas. O caso da capitania de São Paulo é bastante excepcional: existem listas nominativas, por domicílio, das quase 50 localidades, durante 65 anos (1765 a 1829). A riqueza desta fonte explica porque muitos dos trabalhos apresentados nessa sessão estejam centrados nesta região (Costa e Nozoe; Motta; Gutierrez; Luna). Empregando a mesma fonte, foram feitas análises longitudinais, seguindo os escravos através de listas sucessivas para ver a permanência dos grupos familiares (Scott e Bacellar; Metcalf). Conta-se também com o primeiro censo geral do Brasil (1872) que dispõe de informação de toda ordem sobre a população escrava e que foi usado por Almeida e outros autores. As listas de emancipação ou de "classificação de escravos" feitas durante os últimos anos de escravidão, isto é, durante a década de 1870, também estão sendo estudadas detalhadamente e serviram

de base para outras conferências. Knox usa-as para dar um contexto mais detalhado da população escrava do Piauí, e Graf as utiliza para avançar no conhecimento das características da população de crianças escravas na sociedade paranaense.

Os registros paroquiais de batismo de escravos foram utilizados por Neves para estudar o parentesco familiar e ritual através do compadrio. Combinados com outras fontes, os registros paroquiais também foram utilizados por Metcalf, Campagna Caballero e Venâncio.

Novas fontes que lançam luz sobre a problemática demográfica foram localizadas. Venâncio usa material proveniente de teses das Faculdades de Direito e Medicina, elaboradas durante o século XIX, para esclarecer as causas de suicídio entre os escravos. Gutierrez e Metcalf enriquecem suas análises combinando listas nominativas com listagens e inventários de fazendas. Monteiro emprega uma coleção de inventários paulistas para estudar a escravidão indígena durante o século XVII e, Kiple baseia-se em testemunhos médicos para fundamentar suas hipóteses sobre o papel decisivo representado pelo beribéri na mortalidade infantil e das crianças escravas no Brasil durante o século XIX.

A população escrava na cidade de Córdoba, Argentina, e nas ex-fazendas jesuítas desta região, foi estudada por Celton e Vallespinos e por Fernandez, a partir dos inventários e recontagens realizadas pela Junta de Temporalidades depois da expulsão dos jesuítas; estas enumerações referem-se aos anos de 1768 a 1771.

Dentro dos temas tratados, destacam-se a nupcialidade e a família escrava. As perguntas suscitadas referem-se ao tipo de família que predominava entre os escravos, a proporção de escravos que conseguia casar-se e a sobrevivên-

cia dos grupos familiares. As descobertas dos trabalhos refletem uma grande variedade de situações e padrões. Metcalf observa na localidade agrícola de Parnaíba, Brasil, (de 1737 a 1820), a predominância de famílias nucleares, ainda que fossem freqüentes, as famílias matrifocais (mãe escrava com filhos de pai desconhecido) e os grupos de solitários (escravos não aparentados vivendo juntos). Também na ex-fazenda jesuíta de Alta Gracia, Córdoba, predominava a família nuclear.

A proporção de escravos casados ao menos uma vez, foi um tema tratado por vários autores. Em fins do século XVIII e princípios de XIX, em treze localidades paulistas, Luna verifica que cerca de 30% da população escrava era constituída por casados e viúvos. Em localidades onde os escravos desempenhavam atividades agrícolas, um terço esteve casado alguma vez, enquanto que naqueles lugares onde se dedicavam a outras tarefas a proporção decresce para 14%, Metcalf observa uma proporção similar, 33%, em 1820. De acordo com outros estudos a proporção de escravos casados e viúvos era inferior; segundo vinte e três listas de emancipação de escravos do Paraná, referidas a 1873-78, só 6% deles havia estado casado alguma vez (Graf). Entre a população escrava de Montevideú, em 1810, o celibato definitivo masculino era de 68% (Campagna Caballero).

Por sua vez, Scottt e Bacellar analisam a população escrava de grandes engenhos e fazendas agrícolas de São Paulo, entre 1798 e 1818. Neles, de 22 a 30% dos escravos eram casados. Neste estudo propõe-se que os escravos de grandes propriedades rurais tinham mais oportunidades de casar-se e de fazer vida familiar que os de pequenas propriedades rurais. A análise longitudinal, baseada em várias listas nominativas, demonstra que em um grande engenho cerca de 40% dos escravos

permaneceu na mesma propriedade durante vinte e cinco anos.

Uma parte importante da integração da família escrava na comunidade se desenvolvia através do parentesco ritual e por isso é interessante analisar os padrinhos que os escravos escolhiam para seus filhos; em Parnaíba, a maioria dos padrinhos eram pessoas livres, da paróquia, e um terço eram também escravos (Metcalf). Entre os escravos de São Paulo (1810 - 1812) observa-se proporções semelhantes: 12% dos padrinhos e 58% das madrinhas eram pessoas livres (Neves). A escolha de padrinhos reforçava os laços sociais verticais. Entretanto, era pouco freqüente que os donos apadrinhassem os filhos de seus escravos.

A fecundidade das mulheres escravas foi analisada em dois dos trabalhos apresentados; em Córdoba, Argentina, observou-se que a fecundidade das escravas era inferior a das mulheres livres. Aplicando-se o método dos filhos próprios, obtém-se uma taxa global de fecundidade de 3,7 a 4,2 filhos por mulher escrava e de 5 para a população total (Celton e Vallespinos). No entanto, Metcalf verifica que a fecundidade das escravas era similar a das mulheres livres (197 nascimentos por 1.000 escravos entre 15 e 49 anos, contra 216 nascimentos entre mulheres livres).

Nesta sessão também foram apresentados trabalhos sobre temas inovadores. Venâncio combina informação das atas de sepultamento do Rio de Janeiro em fins do século XIX, com testemunhos de juristas e médicos da época. Observa que de 25 a 35% dos suicídios dos escravos foram causados pelo medo dos castigos e maus-tratos, e 10% deveram-se ao temor de serem vendidos. A venda significava a desestruturação da família do escravo e o traslado da cidade (onde o escravo gozava de certas liberdades) para as plantações (onde o regime de trabalho era exte-

nuante). Kiple desenvolve uma teoria segundo a qual a alimentação dos escravos - que em muitas áreas do Brasil se reduzia ao consumo de farinha de mandioca e carne seca - produz uma insuficiência de tiamina e causa uma enfermidade, o beribéri, que pode ser mortal, especialmente entre as crianças e os lactantes. O beribéri poderia explicar a elevadíssima mortalidade entre os escravos. Muitas das doenças que afetavam os escravos, "cansaço", opilação (debilidade e preguiça), "banzo" (nostalgia da terra natal), coincidem com sintomas do beribéri. Monteiro estudou as características demográficas dos índios tupis e guaranis das missões jesuítas de Guaíra que eram aprisionados pelos paulistas e levados, como escravos, a São Paulo e Parnaíba durante o século XVII. Nos inventários estudados por este autor, aparecem mais de 28.000 escravos índios. A maioria deles eram crianças e mulheres (70%). As péssimas condições de vida e as epidemias dizimavam os índios e só a chegada de novos cativos compensava o crescimento negativo desta população. Quando a captura de índios se converteu em um empreendimento pouco rentável, a população índia escrava desta região se extinguiu.

SESSÃO V - População e economia
Organizadora: Cecilia Rabell.

A demografia tem desenvolvido um conjunto de conceitos e métodos quantitativos mediante o qual se concebem, medem e analisam os fenômenos populacionais como partes de um regime demográfico. De maneira implícita, este regime é visto como um sistema homeostático onde diversos mecanismos entram em ação quando algum "fator externo" provoca uma ruptura do equilíbrio pré-existente. No entanto, ainda faltam desenvolvimentos teóricos que integrem o "regime demográfico"

com a dinâmica sócio-econômica. Podemos nos perguntar, tal como o fazem Schofield e Coleman, como os regimes demográficos podem mudar sem perder sua capacidade de funcionamento e adaptação; quais são os efeitos dos fatores sócio-econômicos que incidem nos processos demográficos; em que direção operam e com que intensidade. Estas perguntas são especialmente pertinentes no contexto das populações históricas latino-americanas, onde a transformação imposta pela conquista e pelos diversos processos de colonização causaram uma ruptura violenta em todas as ordens das sociedades americanas. Estas populações constituem uma espécie de laboratório, onde pode-se observar o efeito de profundas mudanças sócio-econômicas sobre grupos humanos cujo nível de desenvolvimento abarca desde os caçadores-coletores nômades, até civilizações altamente desenvolvidas, como a meso-americana e a inca.

Dado o estado atual da investigação, não é ainda possível integrar as experiências latino-americanas em um "regime sócio-demográfico" que considere a interação entre os processos populacionais e os diversos sistemas, o ecológico, o sócio-econômico, o biológico. No entanto, os trabalhos apresentados nesta sessão agregam elementos, a partir da análise de populações e períodos específicos, que contribuirão para uma melhor compreensão desta complexa problemática.

Em três dos trabalhos, referentes as populações novo-espânica e peruana durante a época colonial, são propostos modelos explicativos das relações entre o sistema econômico e os processos demográficos que oferecem um marco teórico importante para futuras investigações.

A diminuição contínua da população na Nova Espanha e no Peru durante o século XVI é o tema de um dos tra-

balhos. A pergunta seria então se esse decréscimo teve como conseqüência uma baixa na produção e um retrocesso do nível tecnológico. Borah, em uma teoria exposta há mais de vinte anos, afirma que o decréscimo demográfico da população novo-espânica durante o século XVI é o fator que desencadeia uma profunda crise econômica e determina a estruturação da nova economia colonial. Assadourian baseia-se em testemunhos e em informes de funcionários reais para mostrar que a política de "utilidade econômica" seguida por Felipe II assentou as bases para que os mecanismos necessários fossem implantados e viessem gerar a oferta de trabalho requerida pelos setores-chave da economia colonial. Através da monetização do tributo indígena, do aumento do número de tributários, da distribuição forçada de mão-de-obra, da imigração de índios e da inversão de capital, a Coroa impulsionou o desenvolvimento da mineração. As concentrações e logo as reduções dos povoados indígenas, favorecidas pelo decréscimo demográfico e a conseguinte liberação de terras que foram cedidas aos espanhóis, foram também mecanismos importantes na estruturação do sistema mercantil durante o século XVI. O autor conclui que a decadência da população na Nova Espanha e no Peru não impediu nem conteve o desenvolvimento da economia mercantil; inclusive sugere que uma população decrescente pode haver acentuado o grau de mercantilização do processo real de produção. Este modelo, muito polêmico, nos induz a pensar também nas causas e mecanismos demográficos que favoreceram a posterior recuperação da população; menor freqüência de epidemias, recomposição social e cultural das comunidades, mecanismos econômicos desenvolvidos pelas sociedades indígenas para integrar-se ao sistema mercantil, são alguns dos fatores que devem ter inci-

tido na mudança dos processos demográficos que levou ao crescimento populacional observado em fins do século XVII e durante o século XVIII.

No trabalho de Newson são discutidos os efeitos que tiveram os diferentes sistemas de trabalho sobre os processos demográficos e a miscigenação. Os sistemas de trabalhos forçados e de serviço pessoal não favoreciam a manutenção da força de trabalho; de fato, a comunidade indígena era a que pagava os custos da reprodução da força de trabalho. A autora afirma que os efeitos disruptivos destes sistemas de trabalho tiveram maior impacto sobre a dinâmica populacional do que a elevação dos níveis de mortalidade associada às condições de trabalho. Estes efeitos deram-se sobretudo através das migrações e das mudanças nos padrões de subsistência e nas relações sociais dentro das comunidades indígenas. As migrações (fugas, abandono das famílias, separações temporais) podem explicar os decréscimos nos níveis da fecundidade. No trabalho é assinalado um fator importante e pouco explorado ainda: os efeitos que a mudança na dieta pode ter tido sobre a fecundidade e a mortalidade. Neste trabalho põe-se em evidência a importância que tiveram os fatores institucionais como mediadores-chaves entre a dinâmica demográfica e a produção econômica.

Reher analisa o efeito que as crises econômicas exerceram sobre os processos demográficos. Através da aplicação de uma regressão, avalia a direção, magnitude e duração do impacto que tiveram as variações dos preços sobre os eventos vitais e os casamentos. Analisa diversas séries vitais e de preços, de paróquias novo-espânicas durante o século XVIII. Seu interesse centra-se nos impactos a curto prazo, menos de cinco anos, que mede introduzindo na regressão os efeitos dos quatro anos posteriores ao ano obser-

vado. Verifica que existe uma correlação negativa entre preços e natalidade, e que a mortalidade influi menos na fecundidade do que os preços. Não encontra diferenças de comportamento entre os diferentes grupos étnicos. A nupcialidade é muito sensível às conjunturas econômicas, mas não encontra relações significativas entre esta e a mortalidade; essa descoberta é difícil de explicar dada a elevada frequência das segundas núpcias que se observa depois das crises demográficas. Na última regressão, onde são tomadas como variáveis as mortes e os preços, encontra uma associação positiva; os impactos são mais fortes entre indígenas, mestiços e castas do que entre espanhóis. O método aplicado é inovador e abre numerosas perspectivas de análise comparativa.

O trabalho de Radding, sobre os povoados serranos de Sonora, México, durante o século XVIII centra-se nas formas de adaptação desenvolvidas por uma comunidade de caçadores-coletores diante das condições impostas pelo sistema de colonização. Os Sonoros eram um grupo seminômade que resistiu ao processo de sedentarização em missões. Neste contexto, o conceito de migração adquire um sentido diferente: as famílias viam-se obrigadas a passar longas temporadas fora dos povoados, caçando, colhendo e empregando-se em minas e fazendas, para manter assim uma forma de controle sobre os recursos que lhes eram indispensáveis. O conceito de comunidade perde também o sentido usual que implica unidade geográfica e adquire um sentido amplo e fluido, permeado pela força das redes de parentesco e pela dinâmica dos grupos de coesão. Neste trabalho se destacam as distorções introduzidas pelos sistemas classificatórios empregados pelas autoridades espanholas nos padrões; as famílias que foram recenseadas não correspondem a unidades

de reprodução econômica, nem a unidades de reprodução biológica, devido a prática de adotar filhos de estranhos, parentes criados no seio do grupo doméstico. Nestas circunstâncias, a composição demográfica dos grupos domésticos tem um papel determinante: a capacidade de acumulação, e portanto o surgimento de estratos dentro da comunidade campesina, dependem em grande medida da força de trabalho de que dispõe a unidade doméstica.

Celton baseia-se em um censo da província de Córdoba, Argentina, do século XVIII, para mostrar a relação entre o tipo de domicílio e a atividade produtiva, em três regiões da província. A população de uns 50 mil habitantes, crescia a uma taxa anual de 1,8% graças ao crescimento econômico e ao declínio da mortalidade epidêmica. Em zonas isoladas de economia de subsistência, a estrutura familiar era simples (o tamanho médio dos domicílios era de menos de 6 pessoas). Nos oito povoados indígenas, que tinham escassas terras e poucos recursos, as famílias eram pequenas. Próximo aos povoados e das vias comerciais as famílias eram mais numerosas e complexas (o tamanho médio era de 7,9 a 8,4 pessoas). No terceiro tipo, constituído pelos domicílios de grandes comerciantes e fazendeiros haviam numerosos escravos e outros dependentes ("os agregados"). Na província de Córdoba, os sistemas econômicos favoreceram a proliferação de famílias não-nucleares que, na maioria dos casos, constituem mais da metade dos domicílios.

Grajales e Aranda analisam a estrutura ocupacional da Villa de Atlixco, México, com base no censo de 1792. O censo reflete uma notável diversidade nas ocupações masculinas (são mencionadas 127 ocupações) e quase pleno emprego (92% da população maior de 15 anos tinha ocupação). A menção às ocupações femininas é escassa (4%). A

vila era um centro artesanal no qual só 14% dos habitantes se dedicava a atividades agrícolas. Cerca de 20% das pessoas empregadas eram imigrantes.

Westphalen estuda o desenvolvimento da agricultura e a imigração de estrangeiros no Paraná, Brasil. Entre 1890 e 1909 chegou o principal contingente de imigrantes (63% de um total de 100 mil) e a proporção de estrangeiros passou de 2% a 10% da população total. A entrada de imigrantes propiciou a implantação da agricultura no Paraná.

O trabalho de Bonaudo, Cragliolo e Sonzoni nos introduzem uma problemática diferente, deixamos as zonas de homens sem terras para observar o processo do povoamento de terras sem homens. As pequena e média burguesia agrárias, durante o período-chave de 1856 e 1885, quando parece consolidar-se o projeto de Sarmiento. Os latifundiários favorecem a subdivisão de terras para valorizá-las, fixando mão-de-obra e criando novas formas de inversão em terras que ainda estavam submetidas a incursões dos índios. A expansão da fronteira esteve organizada por empresas agrícolas que traziam famílias de colonos da Europa, instalavam-nas e lhes cobravam uma parte das colheitas durante cinco anos. O modelo típico de assentamento inclui uma família com pelo menos cinco adultos em um lote de 20 quadras dedicadas para a agricultura. Destaca neste trabalho o papel-chave que desempenha a estrutura da família, ou melhor, do grupo de coabitantes que constitui, sem dúvida, um grupo de trabalho. A organização do trabalho no interior do grupo é descrita com detalhes, especialmente o trabalho infantil; este tema tem sido pouco explorado até agora. Nesta população de colonos se teria todas as razões que costumam aduzir-se para explicar elevadas taxas de fecundidade; no entanto, de acordo com as cifras, mais de 68% da população de duas das colônias tem mais de 12 anos.

SESSÃO I

BALAN, Jorge: El ciclo histórico de la migración rural-urbana en la Argentina.

MARTINE, George: As migrações de origem rural no Brasil: uma perspectiva histórica.

POWERS, Karen: Los caciques intrusos, migraciones y cambios socio-políticos en la Audiencia de Quito.

RAMÓN, LOBOS, Héctor: Movilidad poblacional en Córdoba del Tucumán durante la guerra de Independencia.

ROMANO, Silvia: Frontera y migración. Córdoba (Argentina).

BALHANA, Altiva Pilatti: Imigrantes sul-americanos no Brasil.

ROBLES, Arodys S.: Medición de la migración interna en Costa Rica.

SESSÃO II

ALVAREZ, Norberto; MIGUEZ, Eduardo y VELASQUEZ, Guillermo: De fortín a ciudad. El crecimiento demográfico de una región rural-urbana de la Provincia de Buenos Aires. Tandil 1830-1985.

BOLEDA, Mario: El poblamiento del territorio Argentino; proceso global hasta mediados del siglo XX.

BRAVO, Jorge: Changes in Completed Parity and the Diffusion of Fertility Decline in Latin America in the Twentieth Century: an Analysis based on Census Data.

BOIXADOS, Maria Cristina: El crecimiento demográfico de la ciudad de Córdoba (Argentina) entre 1869 y 1895.

COLANTONIO, Sonia: La mortalidad en una población rural argentina a mediados del siglo XIX.

MAEDER, Ernesto J.A.: Las misiones de Guaraníes. Historia demográfica y conflictos con la sociedad colonial (1641-1807).

MIER Y TERÁN, Marta: Evolución demográfica en México en el siglo XX.

MORNER, Magnus: Immigration in the South Cone of Latin America, 1870-1930: Character and Impact on different Spatial Levels.

MUÑOZ, Francisco: La mortalidad en Chile (1856-1940): tendencias, niveles y estructura.

MYCHASZULA, Sonia, PANTELIDES, Edith Alejandra y FOSCHIATTI, Ana María: La fecundidad en la ciudad de Corrientes a principios del siglo XIX.

PAIVA, Clotilde: A natalidade de Minas Gerais no século XIX: algumas hipóteses.

SOMOZA, Jorge y RUEDI, Nora: Estimación de la mortalidad de jesuitas, nacidos entre 1550 y 1749, que vivieron en las misiones de Paraguay (Cuenca del Plata).

SESSÃO III

BIDEAU, Alain y NADALIN, Sergio: Histórias de vida e análise demográfica da fecundidade: abordagens complementares para uma história de comportamento social.

DUJE, Nilda Esther: Fecundidad e ilegitimidad en Córdoba (Argentina), 1780-1840.

FERREYRA, María del Carmen: Nupcialidad y fecundidad en una ciudad americana durante el siglo XVII. El caso de Córdoba (Argentina).

GOLDANI, Ana Maria: Life Course Experiences of Brazilian Females: Cohort Variations in the Twentieth Century.

KUZNESOF, Elisabeth: Illegitimacy, Race and Families Ties in Nineteenth Century Brazil.

McCAA, Robert: Women's position, Family and Fertility in Mexico: Parral, 1777-1930.

PESCADOR, Juan Javier: Inmigración femenina, empleo y familia en una parroquia de la ciudad de México: Santa Catarina 1775-1790.

RAMOS, Donald: Female and Family in Vila Rica do Ouro Preto: 1754-1838.

- SALINAS MEZA, René: Família y hogar en Chile central a mediados del siglo XIX, los Andes, 1835-1865.
- SAMARA, Eni de Mesquita: Famílias e domicílios em sociedades escravistas (São Paulo no século XIX).
- ZAVALA DE COSIO, Maria Eugenia: México en el umbral de la transición demográfica.
- SESSÃO IV
- PRADO, Barbara Brandão Almeida: População escrava no município de São Carlos (1856-1887).
- CAMPAGNA CABALLERO, Ernesto Mario: La población esclava en ciudades puertos del Rio de la Plata: estructura y dinámica demográfica en Montevideo (1750-1830).
- CELTON, Dora Estela: Fecundidad de las esclavas en la Córdoba colonial.
- DA COSTA, Iraci del Nero: Elementos da estrutura de posse de escravos em Lorena no alvorecer do século XIX.
- DES NEVES, Maria de Fatima Rodrigues: Ampliando a família escrava: compadrio de escravos em São Paulo do século XIX.
- FERNÁNDEZ, Angela Maria: La población esclava de la estancia jesuítica de Alta Gracia, Córdoba (1767-1771).
- GRAF, Marcia Elisa de Campos: Mulheres e crianças escravas no sociedade paranaense do século XIX.
- GUTIERREZ, Horácio: Escravidão e fazendas de gado no Paraná durante a primeira metade do século XIX.
- KIPLE, Kenneth F.: The Nutritional Link with Slave Infant and Child Mortality in Brazil.
- KNOX, Miridan Britto: Demografia escrava no Piauí.
- LUNA, Francisco Vidal: Observações sobre casamentos de escravos em treze localidades de São Paulo (1776, 1804 e 1829).
- METCALF, Alida C.: The Slave Family in Colonial Brazil: a Case Study from São Paulo.
- MONTEIRO, John M.: The Supply of Indian Slaves to São Paulo in the Seventeenth Century: some Demographic Implications.
- MOTTA, José Flavio: Estrutura da posse de escravos em Bananal (1801-1829).
- SCOTT, Ana Silvia Volpi y BACELLAR, Carlos de Almeida Prado: Sobreviver na senzala: estudo da composição e continuidade das grandes escravarias paulistas, 1798-1818.
- VENÂNCIO, Renato Pinto: A última fuga: suicídio de escravos no Rio de Janeiro (1870-1888).
- SESSÃO V
- ASSADOURIAN, Carlos Sempat: La despoblación indígena en Perú y Nueva España durante el siglo XVI y la formación de la economía colonial.
- BONAUDO, Marta, CRAGNOLINO, Sílvia y SONZOGNI, Elida: Poblamiento y desarrollo agrario: algunas experiencias colonizadoras en Santa Fé (1856-1883/85).
- CELTON, Dora Estela: Relación familia-producción en la provincia de Córdoba a fines del siglo XVIII.
- GRAJALES PORRAS, Agustín: Estructura ocupacional de una villa agrícola y artesanal de la Nueva España: Atlixco, Puebla, 1792.
- NEWSON, Linda A.: Labour Systems and Demography in Colonial Spanish America.
- RADDING, Cynthia: Ciclos demográficos, trabajo y comunidad en los pueblos serranos de la Provincia de Sonora, siglo XVIII.
- REHER, David Sven: Coyunturas económicas y fluctuaciones demográficas durante el siglo XVIII.
- WESTPHALEN, Cecilia Maria: População e agricultura: o caso paranaense 1872/1970.